

Santander Brasil Seguros S.A.

CNPJ nº 06.394.301/0001-79

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as., as demonstrações contábeis da Santander Brasil Seguros S.A., relativas aos semestres findos em 30 de junho de 1999 e 1998 em base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária.
Nossa empresa está sofrendo um forte trabalho de reestruturação organizacional, cultural e operacional, tendo sempre como norte aliar as bem sucedidas práticas do grupo Santander em todo o mundo às excelentes potencialidades das condições encontradas no mercado Segurador Brasileiro. O grande foco da ação da Santander Seguros, portanto, está sendo o permanente aprimoramento de controles e processos como forma de garantir a oferta de produtos e serviços

ajustados às necessidades dos clientes.
Com o objetivo de construir e manter uma carteira de seguros sólida e de boa qualidade por meio de relacionamento duradouro com clientes, definimos as seguintes linhas gerais para a política de subscrição de riscos:
• Ser conservador e criterioso na aceitação de riscos, limitando-se a negócios e previdências rentáveis;
• Concentrar-se em produtos que fortaleçam relacionamento como (Vida e Previdência);
• Monitorar e revisar a carteira constantemente, introduzindo mecanismos de controle e gestão de portfólio mais eficientes;
• Especial atenção está sendo dada aos processos de regulação e liquidações de sinistros, no sentido de minimizar perdas.

Outra ação extremamente relevante, foi o fortalecimento da integração das operações do Banco e da Seguradora, com tendências fortes de crescimento das vendas de seguros aos clientes do Banco e o lançamento de produtos integrados (Supercartão).
É com grande orgulho, portanto, que a Santander Seguros apresenta seus números, certos que estaremos dentre as melhores empresas de seguros, cumprindo com seu princípio de atuação: Transparência e Seriedade na condução de suas operações.

Atenciosamente
Jorge Abel Peres Brazil
Diretor Executivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

	1999	1998
ATIVO		
CIRCULANTE	146.866	125.779
DISPONÍVEL	754	1.070
Caixa e Bancos	754	1.070
APLICAÇÕES	109.199	81.812
Títulos de Renda Fixa - Privados	27.000	54.954
Títulos de Renda Fixa - Públicos	77.542	22.057
Títulos de Renda Variável	4.178	5.963
Outras Aplicações	584	388
(-) Provisão p/Desvalorização de Títulos	(105)	(1.550)
CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS	23.191	22.971
Prêmios a Receber	21.289	22.147
Seguradoras	7	70
IRB - Brasil Resseguros S. A	1.873	720
Outros Créditos	22	34
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	8.498	12.974
Títulos e Créditos	1.002	6.843
Créditos Tributários	3.474	5.114
Outros Valores e Bens	3.913	934
Despesas Antecipadas	109	83
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS	5.224	6.952
Despesas de Comercialização Diferidas	5.224	6.952
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.740	10.704
APLICAÇÕES	11.695	9.461
Depósitos no IRB	815	677
Depósitos Judiciais	10.749	7.994
Outras Aplicações	131	790
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	1.045	1.243
Títulos e Créditos	1.045	1.243
PERMANENTE	41.035	28.772
INVESTIMENTOS	12.022	7.013
Participações Acionárias Permanentes	10.084	4.535
Participação no IRB	1.765	1.076
Outros Investimentos	173	1.402
IMOBILIZADO	25.488	21.743
Imóveis	27.773	25.464
Bens Móveis	1.261	1.037
Depreciação Acumulada	(3.546)	(4.758)
DIFERIDO	3.525	16
Diferido	3.525	16
TOTAL DO ATIVO	200.641	165.255

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

	RESERVA DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	SUBVENÇÕES P/ INC. FISCAIS		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 1998	40.000	299	-	3.322	9.773	-	53.394
Aumento de capital com reservas	9.000	-	-	-	(9.000)	-	-
Incentivos Fiscais do imposto de renda	-	791	-	-	-	-	791
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	10.076	10.076
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva legal	-	-	-	504	-	(504)	-
- Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.713)	(2.713)
- Outras reservas de lucros	-	-	-	-	6.859	(6.859)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1998	49.000	1.090	-	3.826	7.632	-	61.548
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 1999	49.000	634	4.560	4.298	13.043	-	71.535
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(685)	-	-	685	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	5.941	5.941
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva legal	-	-	-	331	-	(331)	-
- Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.610)	(1.610)
- Outras reservas de lucros	-	-	-	-	4.685	(4.685)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999	49.000	634	3.875	4.629	17.728	-	75.866

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Seguradora, controlada do Banco Santander Brasil S.A., atua nos ramos de seguros de vida, elementares e de previdência privada.
Santander Brasil Seguros S.A., é a nova denominação da Santander Noroeste Seguradora S.A., deliberada em A.G.E. de 29 de março de 1999, aguardando a homologação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora, para registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis, estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:
- Os prêmios de seguros e despesas de comercialização contabilizados por ocasião da emissão da apólice ou fatura, reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional, no prazo de vigência do risco;
- As receitas e despesas de prêmios relativas a responsabilidades repassadas ao IRB – Brasil Resseguros S.A. e outras seguradoras.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo
São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações acionárias auferidos. Os títulos de renda variável incluem ações negociadas em Bolsas de Valores e são demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado ao valor de mercado, quando aplicável.

(c) Permanente
Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:
- Avaliação de investimentos em sociedades coligadas, em proporção ao valor do patrimônio líquido das sociedades, pelo método equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado, computada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: edificações – 4%, bens móveis – 10% e outros (veículos e sistema de processamentos de dados) – 20%.

(d) Provisões técnicas
A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. A provisão de riscos decorridos é constituída à razão de 50% do prêmio retido, segundo as normas fixadas pela Resolução nº 14/88 do CNSP. A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa, por ocasião do aviso dos sinistros, com base nas notificações de sinistros recebidas. Para o Consórcio DPVAT é constituída provisão para fazer face a encargos futuros estimados, com base em informações emitidas pela Administração do Consórcio.
De acordo com a Resolução CNSP nº 18/98, que determinou a constituição, no máximo até 31 de dezembro de 2000, de provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a Seguradora com base em estudos técnicos atuariais para atendimento à exigência da referida resolução no decorrer do 1º semestre de 1999 lançou até o momento, juntamente com IBNR do consórcio DPVAT, o montante de R\$ 3.664.
As provisões matemáticas representam o valor das obrigações sob a forma de planos de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, incluindo provisão para oscilação de riscos, determinadas mediante cálculos atuariais, na data das demonstrações contábeis, elaborados por atuário independente, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP.

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 8% de janeiro a abril e 12% em maio e junho (18% em 1998), do lucro antes do imposto de renda.

3. PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS PERMANENTES
Correspondente à participação de 37,62% no capital social da Wallpart – Assessoria, Participação e Empreendimentos S/C Ltda., que produziu um resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$ 2 (1998 - R\$ 2 negativo). O patrimônio líquido em 30 de abril de 1999 e os resultados da coligada são de, respectivamente, de R\$ 4 (1998 - prejuízo - R\$ 5).

A Seguradora em junho/98, constituiu a Santander Capitalização S.A., com capital de R\$ 8.075 totalmente integralizado 50% em dinheiro e 50% em Imóveis.

4. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO – PROVISÃO PARA TRIBUTOS
Refere-se principalmente a tributos que estão sendo questionados mediante ação judicial específica, no montante de R\$ 12.605 (1998 – R\$ 5.215) (vide Notas 12(a)), e à contribuição social sobre os efeitos da correção monetária complementar (Lei 8.200/91), provisionada nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 24/92, no montante de R\$ 540 (1998 – R\$ 540).

5. CAPITAL SOCIAL
O capital é representado por 85.000 ações ordinárias nominativas e 85.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. Os estatutos asseguram aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão superiores, em 10%, às das ações ordinárias, conforme estabelece a Lei nº 9.457/97.

6. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO
Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Seguradora decidiu pela distribuição, aos seus acionistas, de juros sobre o capital próprio, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJP, ao valor do dividendo mínimo obrigatório. O montante dos juros sobre o capital próprio, importou em R\$ 1.610 líquido de imposto de renda da fonte, corresponde a R\$ 1.368, sendo R\$ 652 para as ordinárias (R\$ 7,67 por ação) e R\$ 716 para as preferenciais (R\$ 8,43 por ação).
Os juros sobre o capital próprio correspondem a 27,10% do lucro líquido do semestre ajustado.
A opção pela distribuição de juros sobre o capital próprio proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 596.

	1999	1998
PASSIVO	1999	1998
PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS	67.085	62.886
Provisão de Prêmios não Ganhos	34.304	43.366
Provisão de Riscos Decorridos	1.719	1.758
Provisões Matemáticas	31.062	17.762
CIRCULANTE	45.085	35.066
PROVISÕES COMPROMETIDAS	22.944	10.359
Sinistros a Liquidar	16.260	9.165
Benefícios a Liquidar	1.567	119
Provisão Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)	5.117	1.075
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS	4.044	3.997
Seguradoras	2	32
IRB - Brasil Resseguros S. A	1.765	1.279
Comissões sobre Prêmios Emitidos	2.255	2.548
Outros Débitos	22	138
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	11.912	9.662
Obrigações a Pagar	8.617	6.562
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	2.438	2.037
Provisões Trabalhistas	857	1.063
PROVISÕES PARA TRIBUTOS	4.143	8.689
Imposto de Renda	1.915	3.159
Contribuição Social	216	4.896
Outros	2.012	634
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	2.042	2.359
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.605	5.755
Provisões para Tributos	12.605	5.755
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75.866	61.548
Capital Social	49.000	40.000
Aumento de Capital	-	9.000
Reserva de Capital	634	1.090
Reserva de Reavaliação	3.875	-
Reserva de Lucros	22.357	11.458
TOTAL DO PASSIVO	200.641	165.255

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

	1999	1998
PRÊMIOS RETIDOS	52.650	63.238
Prêmios Emitidos	59.391	66.811
Prêmios Restituídos	(797)	(867)
Prêmios de Cosseguros Cedidos	(93)	(239)
Prêmios de Resseguros Cedidos	(5.851)	(2.467)
Variações das Provisões de Prêmios	14.498	1.738
PRÊMIOS GANHOS	67.148	64.976
SINISTROS RETIDOS	(54.805)	(36.196)
Sinistros	(56.529)	(39.236)
Recuperação de Sinistros	5.370	3.159
Variação da Provisão do IBNR	(3.646)	(119)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(6.475)	(10.012)
Comissões	(5.223)	(7.899)
Recuperação de Comissões	217	257
Variação de Despesas de Comercialização Diferidas	(1.469)	(2.370)
RESULTADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	644	50
Rendas de Contribuições Previdenciárias	6.119	4.959
Variações das Provisões Técnicas de Previdência Privada	(1.337)	56
Despesas com Benefícios Previdenciários	(3.948)	(4.706)
Despesas de Comercialização de Previdência Privada	(190)	(259)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(12.836)	(10.176)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.006)	(2.282)
RESULTADO FINANCEIRO E PATRIMONIAL	16.476	9.387
Receitas Financeiras	18.647	12.880
Despesas Financeiras	(3.265)	(4.459)
Equivalência Patrimonial	212	(2)
Receitas (Despesas) c/Imóveis de Renda	882	968
RESULTADO OPERACIONAL	8.146	15.747
Resultado não Operacional	(551)	(1)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	7.595	15.746
Contribuição Social	-	(2.230)
Imposto de Renda	(1.587)	(3.212)
Participações de Funcionários	(67)	(228)
LUCRO LÍQUIDO	5.941	10.076
Número de ações do Capital	170.000	170.000
Lucro líquido por ação do capital social (Em R\$)	34,95	59,27

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

	1999	1998
ORIGENS DE RECURSOS:		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	5.941	10.076
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante	-	-
Depreciação e Amortização	596	414
Resultado da Equivalência Patrimonial	(212)	2
Amortização ágio	376	-
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	6.701	10.492
Alienação de Imobilizado	1.783	14
Aumento do Exigível a Longo Prazo	602	2.020
Subvenções para Incentivos Fiscais	-	790
TOTAL DAS ORIGENS	9.086	13.316
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Investimentos	-	4.977
Imobilizado	-	14
Diferido	14	86
Juros sobre o Capital Próprio	213	12
Aumento do Realizável a Longo Prazo	1.610	2.713
Diminuição das Provisões Técnicas	726	2.358
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	10.805	651
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	(1.719)	(3.859)
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE	(4.282)	2.519
ATIVO CIRCULANTE		
No início do semestre	158.424	123.353
1999	146.866	125.779
No fim do semestre	(11.558)	2.426
PASSIVO CIRCULANTE		
No início do semestre	52.361	35.159
1999	45.085	35.066
No fim do semestre	(7.276)	(93)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	(4.282)	2.519

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

	1999	1998
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas que a Sociedade apurou em cada semestre:		
Imposto de Renda %	1999	1998
Contribuição Social %	1999	1998
Discriminação	1999	1998
Alíquota Nominal	24,81	24,95
Juros sobre Capital Próprio	(5,31)	(4,36)
Adições	2,29	0,04
Exclusões / compensações	(0,71)	(0,47)
Alíquota efetiva	21,08	20,16
13. DEMANDAS JUDICIAIS		
As seguintes causas vêm sendo contestadas judicialmente:		
(a) Direito de deduzir, na apuração do imposto de renda e da contribuição social, o saldo devedor complementar de correção monetária de balanço, ocorrida no mês de janeiro de 1989, em razão da aplicação da legislação que instituiu o "Plano Verão". A parcela desses tributos não recolhida, devido à medida liminar específica, no montante de R\$ 1.934 (R\$ 1.734 em 1998), encontra-se provisionada no exigível a longo prazo (Nota 4), em razão do mérito da questão não ter sido julgado de forma definitiva.		
(b) Legalidade da contribuição ao FINSOCIAL com base em liminar concedida pelo Poder Judiciário, tendo sido depositado em juízo parcela desse tributo, cuja provisão correspondente, no montante de R\$ 131, encontra-se registrada na rubrica "Impostos e encargos sociais a recolher".		
(c) Constitucionalidade da alíquota de 18% (1998 – 18%) referente à contribuição social sobre o lucro. Os valores não recolhidos, com base em medida liminar específica, estão integralmente provisionados até 31 de dezembro de 1998, no montante de R\$ 3.633 (1998) e R\$ 1.653 (1997), e estão registrados na rubrica "Provisões para tributos", no exigível a longo prazo e passivo circulante, respectivamente.		
(d) O critério de cálculo da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS. Com base em liminar concedida pelo Poder Judiciário, foi depositado em juízo parcela desse tributo, cuja provisão correspondente, no montante de 1998 - R\$ 1.698, encontra-se registrada na rubrica "Provisões para tributos", no exigível a longo prazo e R\$ 1.539 (1998 – R\$ 634) no passivo circulante.		
14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS		
A Santander Brasil Seguros participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, do estabelecimento de sistemas de controle e da determinação de limites das posições.		
Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros ativos registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 1999 e 1998, são:		
	1999	1998
Títulos de Renda Fixa - privado	28.045	56.197
Títulos de Renda Fixa - público	77.532	21.657
Ações	4.083	4.823
Os valores de mercado foram estabelecidos com base nas cotações médias praticadas nos correspondentes mercados na data do balanço.		
15. OUTRAS INFORMAÇÕES		
(a) A Seguradora é patrocinadora de um plano de complementação de benefícios previdenciários para funcionários, por meio da Santander Associação de Previdência (SANPREV). O regime atuarial adotado é o sistema de capitalização. As contribuições no semestre findo em 30 de junho de 1999 totalizaram R\$ 54 (1998 – R\$ 127).		
(b) Créditos tributários referem-se principalmente às antecipações de imposto de renda e contribuição social.		
(c) O ativo permanente está segurado em níveis considerados adequados pela Administração.		
(d) Em cumprimento à Circular SUSEP nº 34, de 29 de abril de 1998, a Seguradora adequou todos os seus sistemas de informação para a passagem de milênio, trabalho executado pelo grupo designado para a conversão e concluído no final de 1998. Estas informações não foram examinadas pelos auditores independentes.		

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Vice-Presidente
ANTÔNIO MOTA DE SOUSA HORTA OSÓRIO	JOSÉ DE PAIVA FERREIRA
Conselheiro	
OSWALDO LUIS GROSSI DIAS	
DIRETORIA	
Diretor Presidente	Diretor Executivo
JOSÉ DE PAIVA FERREIRA	JORGE ABEL PERES BRAZIL
Diretores	
FERNANDO ANTONIO GROSSI CAVALCANTE WANDERLEY JANUÁRIO PALUMBO	
Gerhard Dutzman Atuário - MTPS - 345	Bernardino Andreozzi Neto TC-CRC-ISP115.139/O-3

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
(3) As provisões técnicas matemáticas foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário independente. Nossa opinião, no que se relaciona a essas provisões, é fundamentada nos pareceres do referido atuário, datados, respectivamente, de 01 de julho de 1999 e 23 de julho de 1998.
(4) Conforme descrito na Nota 2d, a Sociedade optou pela constituição parcial da provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), de conformidade com o disposto na Resolução CNSP